



S

O

O

E

**Relatório da Administração e
Demonstrações Contábeis**

DIRETORIA DE FINANÇAS E DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES
Superintendência Contábil
Departamento de Contabilidade Gerencial

TELECOMUNICAÇÕES





Copel Telecomunicações S.A.

CNPJ/MF 04.368.865/0001-66

Inscrição Estadual 90233099-28

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, nº 158 - Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2009



SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
1 PERFIL ORGANIZACIONAL	4
1.1 Copel Telecom em números.....	4
2 DESTAQUES	4
2.1 Criação da Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial.....	4
2.2 Contratação do sistema integrado de gestão empresarial ERP.....	5
3 GOVERNANÇA CORPORATIVA	5
3.1 Estrutura e práticas de governança.....	6
4 DESEMPENHO OPERACIONAL	7
4.1 Cenário setorial.....	7
4.2 Crescimento de Mercado.....	7
5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	8
5.1 Receita Operacional Líquida.....	8
5.2 Custos e Despesas Operacionais.....	8
5.3 EBITDA ou LAJIDA.....	8
5.4 Resultado Financeiro.....	9
5.5 Lucro Líquido.....	9
5.6 Valor Adicionado.....	10
5.7 Investimentos.....	10
6 DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL	10
6.1 Força de trabalho.....	10
6.2 Incentivos Fiscais.....	11
7 BALANÇO SOCIAL	12
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	15



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Copel Telecomunicações, subsidiária integral da Copel, referentes ao exercício de 2009.

No ano, a empresa realizou investimentos de R\$ 38,4 milhões e registrou lucro de R\$ 24,9 milhões.

Dois fatos de grande relevância registrados em 2009 merecem ser aqui destacados. O início de um projeto piloto de internet pela rede elétrica na cidade de Santo Antônio da Platina, na região Norte do Paraná, e a expansão em quase 2 mil km do sistema de cabos com fibras ópticas operado pela Companhia, que agora alcança 216 municípios paranaenses.

Os dois acontecimentos guardam estreita relação com os princípios de sustentabilidade definidos pela Copel Telecomunicações, pois se traduzem na universalização do acesso às telecomunicações em banda larga e em inclusão social e digital.

Com vistas a compartilhar com a população as soluções, vantagens e benefícios resultantes dessa estrutura de comunicações moderna, ágil, de grande capacidade e enorme eficiência, a Copel Telecomunicações está estruturando – para implantação em breve – o Sistema de Comunicações do Paraná, que vai interligar por meio de uma rede de fibras ópticas todos os prédios e instalações da administração pública estadual.

Com base num sistema de transmissão IP/MPLS fornecida pela Copel Telecomunicações, será possível ao Governo do Paraná obter – além de avanço de modernidade em seus processos de comunicação – uma significativa redução nas despesas, permitindo reforçar seus investimentos em outras atividades de interesse público e social. Além de todas as 2,2 mil escolas estaduais atendidas pelo Paraná Digital e integradas às redes da Companhia, já foram ligados mais de 1 mil prédios públicos no transcorrer de 2009.

Ao término desta mensagem, queremos registrar nosso respeitoso agradecimento ao governador do Paraná, que, na condição de representante do acionista controlador da Copel, vem orientando, com zelo, sensibilidade social e atenção ao interesse público, as atividades da Companhia, conciliando sustentabilidade com responsabilidade corporativa, mas sem deixar de lado os resultados empresariais. Da mesma forma, expressamos nosso reconhecimento à sempre solícita e atenciosa participação dos integrantes do Conselho Fiscal da Companhia.

Em nome de toda a Diretoria, por fim, consignamos nosso melhor agradecimento aos empregados pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e, ainda, pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos aqui relatados.

Curitiba, 19 de abril de 2010.

A Administração

1 PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Telecomunicações S.A, (Copel Telecom ou Companhia), subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, (Copel ou Controladora), presta serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, elabora estudos e projetos específicos, com observância à legislação vigente, no Estado do Paraná e na Região II do Plano Geral de Outorgas. A exploração de tais serviços dá-se por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional. A Copel Telecom opera Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) desde 2002.

1.1 Copel Telecom em números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2009	2008	variação % 2009-2008
Indicadores Contábeis			
Receita operacional ou vendas brutas	142.366	113.734	25,2
Deduções da receita	24.582	19.435	26,5
Receita operacional líquida ou vendas líquidas	117.784	94.299	24,9
Custos e despesas operacionais do serviço	89.324	77.098	15,9
Resultado das atividades	28.460	17.201	65,5
EBITDA ou LAJIDA	59.571	46.932	26,9
Resultado financeiro	4.228	3.603	17,3
IRPJ/CSLL	7.796	6.960	12,0
Lucro líquido	24.892	13.844	79,8
Patrimônio líquido	219.456	203.924	7,6
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	2,7	2,2	22,7
Liquidez geral (índice)	1,8	1,5	20,0
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	50,6	49,8	1,6
Margem bruta (lucro líquido/receita operacional bruta) (%)	17,5	12,2	43,4
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	21,1	14,7	43,5
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	12,8	7,3	75,3

2 DESTAQUES

2.1 Criação da Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial

Em março de 2009, foi criada a Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial, sendo eleita, como titular, Marlene Zannin, a primeira mulher a ocupar um cargo de diretoria na Companhia. A Controladora é a primeira empresa no setor elétrico brasileiro a delegar status de diretoria aos assuntos de natureza ambiental e social. Essa diretoria tem como atribuições coordenar os assuntos e as atividades socioambientais, com ênfase nas iniciativas de desenvolvimento social e comunitário e na promoção e não-violação dos Direitos Humanos.

2.2 Contratação do sistema integrado de gestão empresarial ERP

Com a implantação efetiva do novo sistema, a Copel Telecom passará a contar com uma poderosa ferramenta de gestão e controle de todos os seus processos cruciais. Isto significará a adoção das melhores práticas de mercado, com eficiência e agilidade operacional, transparência e atendimento à legislação específica em tempo hábil, melhoria e correção nos processos relacionados à gestão empresarial, disponibilização de informações consistentes, além de maior agilidade nas tomadas de decisões pelo grupo executivo da Companhia.

3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel Telecom, através de sua Controladora, busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança corporativa e utiliza, como parâmetro, o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, nos termos de seu Código das Melhores Práticas. Os administradores buscam, dessa forma: contribuir com a perenidade da Companhia, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental; aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas; minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros e aumentar o valor da Companhia, viabilizando a estratégia de captação de recursos.

A Controladora tem como visão “ser a melhor empresa nos setores em que atua e referência em governança corporativa e sustentabilidade empresarial”. Para atingir essa meta, busca permanentemente evoluir no processo de implantação das melhores práticas de Governança Corporativa, com fundamento nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

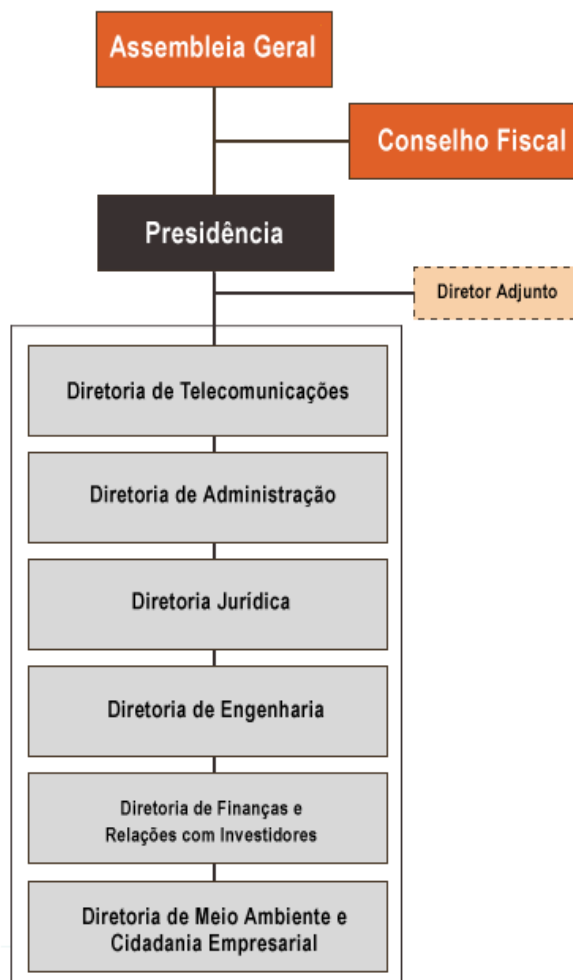
A Copel Telecom segue o Referencial Estratégico da Controladora, tendo o seguinte conjunto de princípios e valores como orientadores das suas ações e decisões internas e externas:

- Transparência - prestação de contas das decisões e realizações para informar seus aspectos positivos e/ou negativos a todas as partes interessadas;
- Ética - resultado do pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum;

- Respeito - consideração com o próximo;
- Responsabilidade Social e Ambiental - condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida;
- Segurança - ambiente organizacional seguro que permite a continuidade da Companhia.

3.1 Estrutura e práticas de governança

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Copel Telecom:



A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Controladora no tocante a Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Código de Conduta e Conselho de Orientação Ética.

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Cenário setorial

Estudos realizados pelo Banco Mundial (*Net Impact*), demonstram que uma rede de banda larga de alta capacidade pode contribuir significativamente para o aumento da produtividade, da renda, do nível de emprego e reduzir as desigualdades entre ricos e pobres mais rapidamente, e que essas redes serão os pilares da nova sociedade.

A Copel, através de sua subsidiária Copel Telecom, está preparada para construir, manter e operar esta nova rede de banda larga, pois já possui uma rede de comunicação de alta capacidade que fornece serviços para as operadoras de telecomunicação, grandes empresas, provedores de internet e órgãos públicos, atraídos pela qualidade do serviço prestado.

O Paraná é o estado da Região Sul que mais avançou no número de pessoas com acesso a internet. Em 2008, 40,2% - ou 3,6 milhões - dos paranaenses acessavam a rede, ante 25,8% registrados em 2005.

A Copel Telecom está instalando redes de fibras ópticas, para atendimento em regiões centrais das cidades, com capacidade muito superior às redes metálicas existentes, e implantando um modelo de negócio que permite que estas redes sejam utilizadas por múltiplos serviços (voz, dados, TV, vídeo, segurança, etc), que podem ser providos por qualquer operador qualificado. A relação entre os provedores de serviço e os clientes será gerenciada pela Copel Telecom através de uma plataforma de software. Os provedores poderão optar entre contratar serviços de rede (*bit stream*) ou compor pacotes de serviço com a internet da Companhia (*plataform unbundling*).

4.2 Crescimento de Mercado

Em 2009, o acréscimo de 2.000 km de cabos ópticos de acesso urbano aumentou significativamente a capilaridade da rede óptica. São 216 municípios atendidos através de 5.745 km de cabos ópticos interurbanos. Por meio dessa rede, a Copel Telecom propicia velocidade e confiabilidade para 720 empresas que investem no Paraná e contam com seus serviços. Em pesquisa realizada recentemente, 98% desses clientes se manifestaram satisfeitos ou muito satisfeitos com a Copel Telecom, que conta, em sua carteira, com clientes dos mais diversos ramos de atividades, como escolas, bancos, supermercados, provedores de internet, indústrias, órgãos públicos, lojas e operadoras de telefonia fixa e móvel, prestando serviços de canais dedicados, internet banda larga, redes privadas IP/MPLS-VPN, videoconferência e hospedagem, utilizando tecnologias de ponta SDH, IP/MPLS e *Giga Ethernet* em fibra óptica.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 Receita Operacional Líquida

Em 2009, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 23,5 milhões, representando 24,9% de aumento em relação a 2008. Tal variação decorre de:

- 1) Acréscimo na Receita de Serviços de Comunicação de Dados em 35,2% ou R\$ 26,3 milhões;
- 2) Aumento do número de clientes em 26,5%; e
- 3) Aumento da comercialização de circuitos e das contratações de redes de alta velocidade (622M, 1,0G e 2,5G) em 28,2%.

5.2 Custos e Despesas Operacionais

Obtiveram variação de R\$ 12,2 milhões em 2009, representando um aumento de 15,9%, influenciado, principalmente por:

- 1) Acréscimo em Pessoal e Administradores no valor de R\$ 6,2 milhões, decorrente, principalmente, de indenizações por demissões voluntárias, além do reajuste salarial de 4,97% (INPC acumulado de 4,45%, acrescido de um ganho real de 0,5%) e um estágio salarial (1,0%), totalizando 6,02%, conforme acordo coletivo que passou a vigorar em outubro de 2009; e
- 2) Acréscimo de R\$ 4,6 milhões em Provisões e Reversões, em função de menor Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao ano de 2008. Detalhamento na NE nº 18.d.

5.3 EBITDA ou LAJIDA

Cálculo do EBITDA/LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos e depreciação e amortização) - Em R\$ mil		
	2009	2008
Lucro do exercício	24.892	13.844
IRPJ e CSLL diferidos	151	1.723
Provisão para IRPJ e CSLL	7.645	5.237
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(4.228)	(3.603)
Lajir/Ebit	28.460	17.201
Depreciação e amortização	31.111	29.731
Lajida/Ebitda - ajustado	59.571	46.932
Receita Operacional Líquida - ROL	117.784	94.299
Margem do EBITDA/LAJIDA⁽¹⁾	50,6%	49,8%

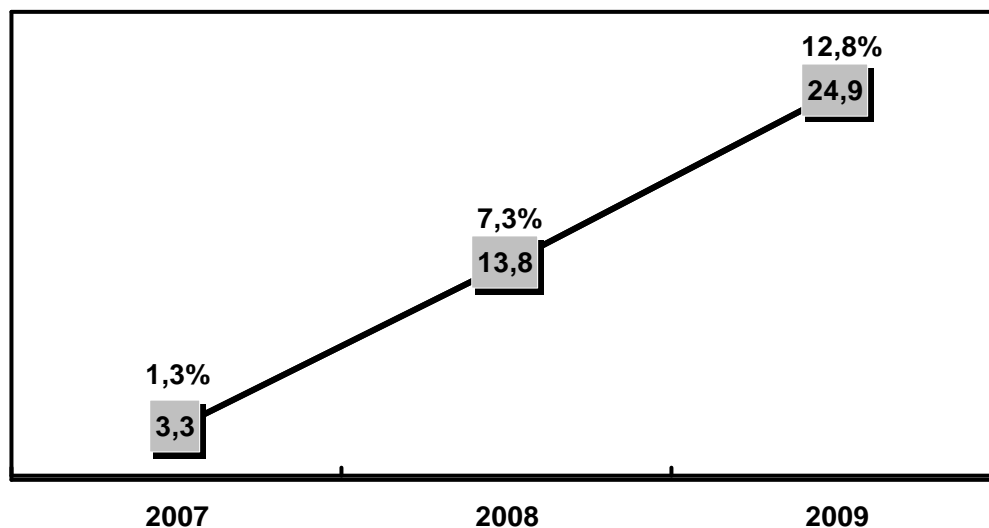
⁽¹⁾ Ebitda ÷ ROL

5.4 Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro apresenta variação de 17,3% em relação a 2008, em função principalmente dos ganhos obtidos com Renda de Aplicações Financeiras em 52,2%. Detalhamento na NE nº 19.

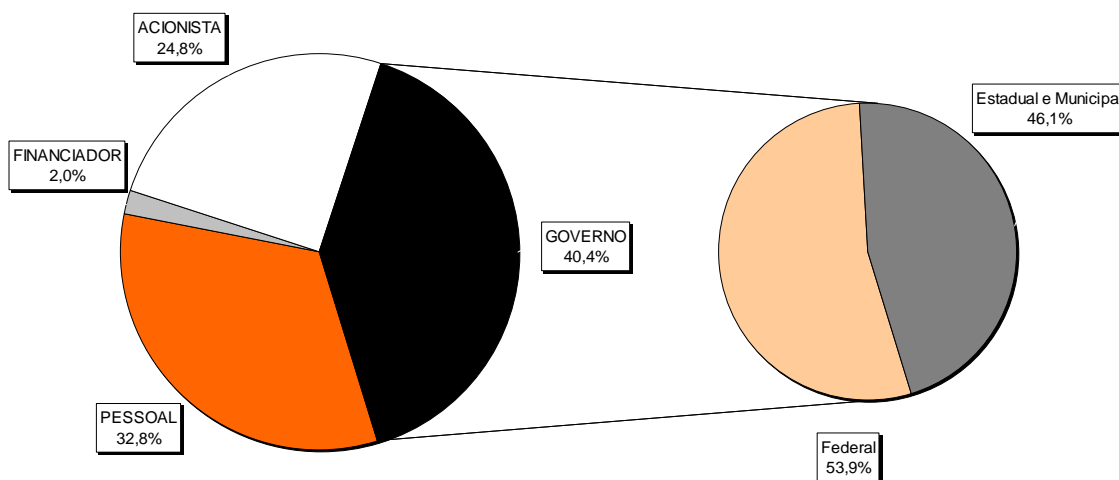
5.5 Lucro Líquido

Em 2009, a Copel Telecom obteve lucro líquido de R\$ 24,9 milhões, sendo 79,8% maior que o obtido no exercício anterior, de R\$ 13,8 milhões. Tal resultado proporcionou taxa de rentabilidade do patrimônio líquido de 12,8% (lucro líquido ÷ (patrimônio líquido - lucro líquido)), refletindo acréscimo de 75,3% em relação a 2008. O gráfico abaixo demonstra a evolução do lucro líquido e da rentabilidade do patrimônio líquido, para os anos de 2007, 2008 e 2009.



5.6 Valor Adicionado

No exercício de 2009, a Copel Telecom apurou R\$ 100,2 milhões de Valor Adicionado Total - VAT, 30,4% superior ao apurado no ano anterior, o que corresponde a R\$ 23,4 milhões. A seguir, representação gráfica da Distribuição do Valor Adicionado. A demonstração na íntegra encontra-se nas Demonstrações Contábeis.



5.7 Investimentos

Os investimentos realizados no ativo, abrangendo o ativo imobilizado e intangível, foram da ordem de R\$ 38,4 milhões em 2009, contra R\$ 24,7 milhões em 2008, representando uma variação de 55,5%. O programa de investimentos para 2010, no valor de R\$ 81,4 milhões, foi aprovado em 11.12.2009 pela 127ª reunião ordinária do Conselho de Administração - CAD, da Controladora.

6 DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

6.1 Força de trabalho

Os 412 empregados do quadro próprio estão distribuídos em quatro carreiras em função da natureza das atividades e dos requisitos de cargo, a saber: operacional (33 empregados), administrativa (100 empregados), profissional técnico de nível médio (145 empregados) e profissional de nível superior (134 empregados). A Companhia vem redimensionando seu quadro funcional, tendo admitido, em 2009, mediante concurso público, 95 novos empregados. Durante o mesmo período, 26 empregados desligaram-se da Companhia, grande parte por aposentadoria,

tendo a taxa de rotatividade sido de 17,6%. Em 2008, essa taxa foi de 7,4%.

Em 2009, a Companhia destinou 5% das vagas para cargos de natureza administrativa a portadores de necessidades especiais. Dentre os candidatos afrodescendentes, foram admitidos 3 empregados de cor negra e 9 de cor parda.

• Desenvolvimento de Pessoal

A Controladora possui comitê de treinamento e desenvolvimento formado por representantes de todas as áreas, o qual é responsável por decisões estratégicas relacionadas a treinamento e desenvolvimento. Adicionalmente, a Copel Telecom aplica consistente política em relação à formação de seus empregados, com investimentos significativos por meio de programa de auxílio-educação. Os treinamentos foram distribuídos por carreira, conforme tabela a seguir:

Treinamentos de empregados por carreira	2009(em horas/média)
Operacional	26,5
Administrativa	61,7
Técnica	56,6
Profissional	70,6

A Copel Telecom pratica as mesmas políticas que sua Controladora no que se refere à: Política salarial e Benefícios; Liberdade de associação e negociação coletiva e Saúde e segurança no trabalho.

6.2 Incentivos Fiscais

A Controladora transformou a prática de doação através de incentivo fiscal em política e convida empresas parceiras e fornecedores a fazer o mesmo. A partir de agora, todos os anos, a Companhia potencializará ao máximo a utilização de recursos dedutíveis ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA, com base em estimativas anuais do imposto a pagar, destinando-os a projetos sociais.

Em 2009, as contribuições sob efeito da Lei Rouanet foram efetuadas em projetos devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura, de R\$ 103,0 mil. A Companhia destinou ao Projeto de Apoio à Inovação e Humanização do Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba, um total de R\$ 20,0 mil através do FIA.

7 BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL - Modelo IBASE

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Copel Telecomunicações							
1 - BASE DE CÁLCULO		2009			2008				
	Receita Líquida - RL	117.784			94.299				
	Resultado Operacional - RO	32.688			20.804				
NE 18.a	Folha de Pagamento Bruta - FPB	37.014			31.678				
	Valor Adicionado Total - VAT	100.174			76.810				
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		% Sobre:			% Sobre:				
		FPB	RL	VAT	FPB	RL	VAT		
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	2.767	7,4	2,3	2,8	2.122	6,7	2,3	2,8
	Encargos sociais compulsórios	9.087	24,5	7,7	9,0	7.697	24,2	8,1	10,1
NE 13.c	Plano previdenciário	(749)	(2,0)	(0,6)	(0,7)	1.384	4,4	1,5	1,8
NE 13.c	Saúde (Plano assistencial)	2.615	7,1	2,2	2,6	795	2,5	0,8	1,0
	Segurança e medicina no trabalho	75	0,2	0,1	0,1	35	0,1	-	-
	Educação	106	0,3	0,1	0,1	78	0,2	0,1	0,1
	Cultura	56	0,2	-	0,1	49	0,2	0,1	0,1
	Capacitação e desenvolvimento profissional	621	1,7	0,5	0,6	557	1,8	0,6	0,7
	Auxílio creche	29	0,1	-	-	15	-	-	-
NE 18.a	Participação nos lucros e/ou resultados	3.528	9,4	3,1	3,4	3.534	11,2	3,7	4,6
NE 18.a	Indenizações Trabalhistas	1.881	5,1	1,6	1,9	-	-	-	-
(1)	Outros benefícios	57	0,2	-	0,1	93	0,3	0,1	0,1
	Total	20.073	54,2	17,0	20,0	16.359	51,6	17,3	21,3
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre:			% Sobre:				
		RO	RL	VAT	RO	RL	VAT		
	Educação	-	-	-	-	655	3,1	0,7	0,9
(2)	Programa Paraná Digital	-	-	-	-	655	3,1	0,7	0,9
NE 18.e	Cultura (Lei Rouanet)	103	0,3	0,1	0,1	-	-	-	-
	Outros	20	0,1	-	-	-	-	-	-
NE 18.e	Fundo dos direitos da criança e do adolescente	20	0,1	-	-	-	-	-	-
	Total das contribuições para a sociedade	123	0,4	0,1	0,1	655	3,1	0,7	0,9
	Tributos (excluídos encargos sociais)	33.292	101,8	28,3	33,2	26.924	129,4	28,6	35,1
	Total	33.415	102,2	28,4	33,3	27.579	132,5	29,3	36,0
4 - INDICADORES AMBIENTAIS		% Sobre:			% Sobre:				
		RO	RL	VAT	RO	RL	VAT		
	Investimentos relacionados com as operações da empresa	-	-	-	-	-	-	-	-
	Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas			(x) não possui metas				
		() cumpre de 0 a 50%			() cumpre de 0 a 50%				
		() cumpre de 51 a 75%			() cumpre de 51 a 75%				
		(X) cumpre de 76 a 100%			() cumpre de 76 a 100%				

(continuação)

		Copel Telecomunicações				
		2009			2008	
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
(3)	Empregados no final do período	412			343	
	Escolaridade dos empregados(as):	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens Mulheres
	Total Superior e extensão universitária	224	158	66	185	135 50
	Total 2º Grau	183	158	25	150	135 15
	Total 1º Grau	5	5	-	8	7 1
	Faixa etária dos empregados(as):					
	Abaixo de 30 anos	93			64	
	De 30 até 45 anos (exclusive)	187			159	
	Acima de 45 anos	132			120	
	Admissões durante o período	95			30	
	Mulheres que trabalham na empresa	91			66	
	% Mulheres em cargos gerenciais:					
	em relação ao nº total de mulheres	2,2			-	
	em relação ao nº total de gerentes	5,1			-	
	Negros(as) que trabalham na empresa	29			21	
	% Negros(as) em cargos gerenciais:					
	em relação ao nº total de negros(as)	3,4			9,5	
	em relação ao nº total de gerentes	2,6			7,1	
	Portadores(as) de necessidades especiais	5			5	
	Dependentes	843			805	
	Estagiários(as)	14			15	
	Terceirizados	5			5	

		2009	Metas	2010
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL				
	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	24		24
	Número total de Acidentes de Trabalho	9		0
	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências		direção e gerências
	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos(as) + Cipa		todos(as) + Cipa
	Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	incentiva e segue a OIT		incentivará e seguirá a OIT
	A previdência privada contempla:	todos(as) empregados(as)		todos(as) empregados(as)
	A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos(as) empregados(as)		todos(as) empregados(as)
	Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são sugeridos		serão sugeridos
	Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva		organizará e incentivará



Telecomunicações

(continuação)	Copel Telecomunicações		
	2009	Metas	2010
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):			
na empresa	NA		NA
no Procon	NA		NA
na Justiça	NA		NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:			
na empresa	NA		NA
no Procon	NA		NA
na Justiça	NA		NA

NA - não se aplica

	Copel Telecomunicações	
	2009	2008
Distribuição do Valor Adicionado (DVA) :		
Financiadores	2,0%	2,4%
Pessoal	32,8%	36,8%
Governo	40,4%	42,8%
Acionistas	9,3%	4,8%
Retido	15,5%	13,2%

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

(1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez e Morte acidental.

(2) O Programa Paraná Digital promove a inclusão digital no ensino público conectando escolas estaduais à Internet. Sendo este um convênio com o governo estadual, a Companhia participou provendo a rede com instalações dos pontos até as escolas, enquanto o Estado fornecia os equipamentos de informática. Além disso, o programa gera receita para a Copel Telecomunicações com a ampliação do atendimento a clientes corporativos no Estado do Paraná através da maior capilaridade da rede. O Programa Paraná Digital foi encerrado em 2008. Em 2009 todo o investimento passou a ser considerado Telecomunicações.

(3) No cômputo da força de trabalho estão incluídos 1 menor aprendiz em 2009, e 3 em 2008.

- As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

- A Copel Telecomunicações é uma subsidiária integral da Copel, companhia pertencente ao Setor Energético, atuante no Estado do Paraná com CNPJ nº 04.368.865/0001-66.

- A Copel Telecomunicações não contrata mão-de-obra infantil (exceção para o programa de inserção do menor aprendiz, Lei 10.097/00) ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvido

- Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

- Para maiores esclarecimentos sobre as informações declaradas:

Superintendência Contábil - Enio Cesar Pieczarka - tel 41-3331-2160 e-mail: enio@copel.com



Telecomunicações

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO FISCAL

Presidente OSMAR ALFREDO KOHLER
Membros HERON ARZUA
WILSON PORTES

DIRETORIA

Diretor Presidente e de Administração RUBENS GHILARDI
Diretor de Finanças e Relações com Investidores ANTONIO RYCHETA ARTEN
Diretor de Telecomunicações RAUL MUNHOZ NETO
Diretor Jurídico PAULO ROBERTO TROMPCZYNSKI
Diretora de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial MARLENE ZANNIN
Diretor de Engenharia LUIZ ANTONIO ROSSAFA
Diretor Adjunto MOACIR MANSUR BOSCARDIN

CONTADOR

Contador - CRC-PR-050637/O EVANDRO JORGE DOMINSKI

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Copel Telecomunicações S.A. foi extinto através de sua 7ª Assembleia Geral Extraordinária, ratificada pela 119ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - Copel.



Copel Telecomunicações S.A.

CNPJ/MF 04.368.865/0001-66

Inscrição Estadual 90233099-28

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, nº 158 - Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2009

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações do Resultado.....	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
Demonstrações do Valor Adicionado.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
1 Contexto Operacional	10
2 Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	11
3 Alterações nas Práticas Contábeis Brasileiras	11
4 Principais Práticas Contábeis.....	12
5 Caixa e equivalentes de caixa.....	16
6 Contas a Receber de Clientes, Líquidos	17
7 Impostos e Contribuições Sociais	17
8 Outros Créditos.....	19
9 Estoques.....	19
10 Depósitos Judiciais	20
11 Imobilizado e Intangível	20
12 Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	22
13 Benefícios Pós-Emprego.....	22
14 Outras Contas a Pagar	25
15 Provisões para Contingências.....	25
16 Patrimônio Líquido	26
17 Deduções da Receita Operacional.....	27
18 Custos e Despesas Operacionais	28
19 Resultado Financeiro	31
20 Transações com Partes Relacionadas	32
21 Seguros	32
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009.....	34

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	2009	2008
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	31.889	29.638
Contas a receber de serviços, liq.	6	12.079	10.837
Impostos e contribuições sociais	7	4.113	2.076
Outros créditos	8	816	557
Estoques	9	7.166	5.151
		56.063	48.259
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Contas a receber de serviços	6	1.011	3.211
Impostos e contribuições sociais	7	10.020	9.417
Depósitos judiciais	10	32	352
		11.063	12.980
Imobilizado	11	188.586	181.587
Intangível	11	1.058	1.108
TOTAL DO ATIVO		256.770	243.934

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	NE nº	2009	2008
CIRCULANTE			
Fornecedores		5.158	5.287
Impostos e contribuições sociais	7	2.706	1.922
Juros sobre o capital próprio		1.156	3.655
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	12	10.730	8.737
Benefícios pós-emprego	13	990	1.018
Outras contas a pagar	14	180	1.341
		20.920	21.960
NÃO CIRCULANTE			
Provisões para contingências	15	1.983	958
Benefícios pós-emprego	13	14.411	17.092
		16.394	18.050
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	194.755	194.755
Reservas de lucros		24.701	9.169
		219.456	203.924
TOTAL DO PASSIVO		256.770	243.934

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL			
Receita de telecomunicações		142.072	113.734
Outras receitas operacionais		294	-
		142.366	113.734
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	17	(24.582)	(19.435)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		117.784	94.299
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	18	(65.224)	(63.153)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		52.560	31.146
Despesas operacionais	18		
Comercialização do serviço		(3.205)	516
Gerais e administrativas		(19.965)	(15.700)
Outras despesas (receitas), líquidas		(930)	1.239
		(24.100)	(13.945)
RESULTADO DAS ATIVIDADES		28.460	17.201
Resultado Financeiro	19		
Receitas financeiras		4.312	3.635
Despesas financeiras		(84)	(32)
		4.228	3.603
RESULTADO OPERACIONAL		32.688	20.804
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7		
Imposto de renda e contribuição social		(7.645)	(5.237)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(151)	(1.723)
		(7.796)	(6.960)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		24.892	13.844
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$		0,1278	0,0711

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

		Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2007	NE nº	194.054	701	-	-	(1.020)	193.735
Aumento de capital social		701	(701)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	13.844	13.844
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	16.b	-	-	641	-	(641)	-
Dividendos	16.c	-	-	-	-	(3.655)	(3.655)
Reserva para investimentos	16.b	-	-	-	8.528	(8.528)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008		194.755	-	641	8.528	-	203.924
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.892	24.892
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal		-	-	1.245	-	(1.245)	-
Juros sobre o capital próprio	16.b	-	-	-	-	(9.360)	(9.360)
Reserva para investimentos	16.b	-	-	-	14.287	(14.287)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009		194.755	-	1.886	22.815	-	219.456

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	2009	2008
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		24.892	13.844
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	18.d	675	(2.346)
Depreciação	11.a	30.501	29.006
Amortização do intangível	11.b	610	725
Variações monetárias não realizadas - líquidas		(98)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	151	1.723
Provisão (reversão) para contingências	18.d	889	(735)
Reversão de provisão para benefícios pós-emprego	13	(2.358)	(1.505)
Baixas de imobilizado - líquidas	11.a	131	164
Baixas de intangível - líquidas	11.b	187	-
Redução (aumento) dos ativos			
Contas a receber de serviços		381	6.876
Impostos e contribuições sociais		(2.791)	(1.381)
Depósitos judiciais		550	(50)
Estoques		(2.015)	(2.683)
Outros créditos		(259)	(463)
Aumento (redução) dos passivos			
Provisões para contingências	15	(94)	(143)
Fornecedores		(129)	1.614
Impostos e contribuições sociais		784	665
Folha de pagamento e provisões trabalhistas		1.993	1.292
Benefícios pós-emprego		(351)	(296)
Outras contas a pagar		(1.161)	844
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		52.488	47.151
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Adições no imobilizado	11.a	(37.524)	(24.582)
Adições no intangível	11.b	(854)	(135)
Caixa líquido utilizado pelas atividades investimento		(38.378)	(24.717)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(11.859)	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento		(11.859)	-
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa			
		2.251	22.434
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	29.638	7.204
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	31.889	29.638
Variação no caixa e equivalentes de caixa		2.251	22.434

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Informações adicionais sobre os fluxos de caixa			
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos		8.507	5.708

Demonstrações do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	2009	2008
Receitas			
Receita de telecomunicações		142.366	113.734
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	18.d	(675)	2.346
Outros resultados operacionais		37	471
Total		141.728	116.551
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Material, insumos e serviços de terceiros		12.842	14.181
Outros insumos		1.913	(536)
Total		14.755	13.645
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		126.973	102.906
(-) Depreciação e amortização	18	31.111	29.731
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		95.862	73.175
(+) Valor adicionado transferido			
Receitas financeiras	19	4.312	3.635
Total		4.312	3.635
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		100.174	76.810

(continua)

Demonstrações do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

	NE nº	2009	%	2008	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações e honorários	18.a	28.265		24.321	
Planos previdenciário e assistencial	13	1.165		1.627	
Auxílio alimentação e educação	18.a	2.500		1.925	
Encargos sociais - FGTS		1.967		1.755	
Indenizações trabalhistas	18.a	1.881		-	
Participação nos lucros e/ou resultados	18.a	3.528		3.534	
Transferências para imobilizado em curso	18.a	(6.439)		(4.906)	
Total		32.867	32,8	28.256	36,8
Governo					
Federal		21.800		18.427	
Estadual		17.836		13.451	
Municipal		776		987	
Total		40.412	40,4	32.865	42,8
Financiadores					
Juros e multas		84		8	
Arrendamentos e aluguéis	18.e.1	1.919		1.837	
Total		2.003	2,0	1.845	2,4
Acionistas					
Remuneração do capital próprio	16.c	9.360		-	
Dividendos propostos	16.c	-		3.655	
Lucros retidos na empresa		15.532		10.189	
Total		24.892	24,8	13.844	18,0
		100.174	100,0	76.810	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Copel Telecomunicações S.A. (Copel Telecom ou Companhia) é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel ou Controladora), tendo como ramo de atividade:

- Exploração, prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, sob todas as formas legalmente permitidas, no âmbito do Estado do Paraná e em qualquer localidade onde houver interesse e possibilidade para a Companhia, sendo estas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações;
- Elaboração de estudos, pesquisas, projetos e planejamentos, por conta própria ou de terceiros, na área de telecomunicações, comunicações e naquelas conexas, correlatas, necessárias e/ou úteis à execução destas atividades;
- Prestação de serviços compatíveis com aqueles inerentes às áreas de comunicações e telecomunicações, bem como os que visam a otimização da infra-estrutura, das atividades necessárias à operação, manutenção, supervisão, direção de obra, construção, fornecimento de materiais e equipamentos.

Contrato de autorização

Em 21 de novembro de 2002 a Anatel expediu à Copel Telecomunicações S.A. ato nº 31.337 que trata das adaptações das autorizações para exploração do Serviço Limitado Especializado, nas submodalidades: Serviço de Rede Especializado e Serviço de Circuito Especializado, para o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), sendo sua exploração por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como áreas de prestação de serviço o Estado do Paraná e a Região II do Plano Geral de Outorgas.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A autorização para a emissão das demonstrações contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria da Controladora realizada em 15.03.2010.

Para fins de melhor apresentação e comparação, foram efetuadas as seguintes reclassificações nos saldos contábeis de 31.12.2008:

Conta original	Conta de reclassificação	
		31.12.2008
Despesas operacionais	Despesas operacionais	
Comercialização do serviço (a)	Outras despesas (receitas), líquidas	2.603

a) Reclassificação da reversão para créditos de liquidação duvidosa entre Comercialização do serviço e Outras despesas (receitas), líquidas.

Não foram identificados ajustes que modificassem o resultado e o patrimônio líquido apresentados em 31.12.2008.

3 Alterações nas Práticas Contábeis Brasileiras

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 27 novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs e as interpretações técnicas - ICPCs que serão aplicáveis para a Companhia, considerando-se suas operações, são:

CPC / ICPC	Título
CPC 15	Combinação de negócios
CPC 16	Estoques
CPC 18	Investimento em coligada e em controlada
CPC 19	Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)
CPC 20	Custos de empréstimos
CPC 21	Demonstração intermediária
CPC 22	Informação por segmento
CPC 23	Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro
CPC 24	Evento subsequente
CPC 25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
CPC 26	Apresentação das demonstrações contábeis
CPC 27	Ativo imobilizado
CPC 30	Receitas
CPC 31	Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada
CPC 32	Tributos sobre o lucro
CPC 33	Benefício a Empregados
CPC 36	Demonstrações consolidadas
CPC 37	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1)
CPC 38	Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
CPC 39	Instrumentos financeiros: apresentação
CPC 40	Instrumentos financeiros: evidenciação
CPC 43	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40
ICPC 01	Contratos de Concessão (IFRIC 12)
ICPC 03	Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27)
ICPC 08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
ICPC 09	Demonstrações contábeis individuais, demonstrações contábeis separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
ICPC 10	Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27,28,37 e 43

A Administração da Companhia está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos. No caso de ajustes decorrentes de adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º.01.2010, a Companhia avaliará a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos pronunciamentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31.12.2009.

4 Principais Práticas Contábeis

1) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2) Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição (os bens de massa, como modem e cabos de fibras ópticas, são registrados pelo custo médio).

3) Imobilizado em curso e em serviço

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal, mais serviços de terceiros é prevista no Plano de Contas Padrão para Serviços de Telecomunicações. A depreciação, do imobilizado em serviço, é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas contas conforme determina a Portaria do Ministério das Comunicações nº 96 de 17 de março de 1995. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização

4) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou desenvolvimento. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

5) Avaliação do valor de recuperação dos ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

6) Impostos e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins são apresentados deduzidos do custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.



Telecomunicações

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na possibilidade de existir base tributável positiva que possa ser utilizada. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, descontados a valor presente, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

A companhia, conforme facultado pela Medida Provisória nº 449/2008, optou pelo Regime Tributário de Transição - RTT para os anos de 2008 e 2009.

7) Planos previdenciário e assistencial

Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial com a Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13.12.2000.

8) Provisões para contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência.

9) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos, quando legal ou contratualmente exigidos, estão atualizados até a data do balanço.

10) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia faça estimativas e adote premissas que, de fato, afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data do balanço patrimonial e os valores reportados de receitas e despesas. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisões para contingências, imposto de renda e premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego.

11) Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando: **(i)** o valor das vendas é mensurável de forma confiável; **(ii)** os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; **(iii)** é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e **(iv)** os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita financeira é reconhecida em base *pro rata dia* com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros correspondentes.

12) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data do balanço.

13) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

14) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. É constituída com base nos valores a receber de clientes, com títulos vencidos há mais de 180 dias. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2009	2008
Caixa e bancos conta movimento	413	1.869
Aplicações financeiras	31.476	27.769
	31.889	29.638

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB emitidos por bancos oficiais; operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro; e Cotas de Fundos de Investimento em Títulos Públicos (administrados por bancos oficiais). Ambas as aplicações foram remuneradas em média à taxa de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2009 e 31.12.2008.

6 Contas a Receber de Clientes, Líquidos

	2009	2008
Ativo circulante		
Serviços com operadoras	2.660	1.555
Serviços com não operadoras	9.419	9.282
	12.079	10.837
Ativo não circulante		
Serviços com não operadoras	1.011	3.211
	13.090	14.048

7 Impostos e Contribuições Sociais

	2009	2008
Ativo circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	652	316
IRPJ/CSLL a compensar (b)	2.076	770
ICMS a recuperar (c)	1.385	990
	4.113	2.076
Ativo não circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	5.960	6.447
ICMS a recuperar (c)	4.060	2.970
	10.020	9.417
Passivo circulante		
ICMS a recolher	1.724	1.202
Cofins e Pasep a recolher	502	412
Outros tributos	480	308
	2.706	1.922

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.

Os tributos sobre os planos previdenciário e assistencial estão sendo realizados de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela deliberação CVM nº 371/2000. Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em virtude das decisões judiciais e das realizações dos ativos regulatórios.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.



Telecomunicações

Os créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social foram constituídos conforme a demonstração a seguir:

	2009	2008
Ativo circulante		
Planos previdenciário e assistencial	145	181
Outras adições temporárias	507	135
	652	316
Ativo não circulante		
Planos previdenciário e assistencial	4.900	5.812
Outras adições temporárias		
Provisões para contingências	743	474
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	317	161
	5.960	6.447
	6.612	6.763

O Conselho Fiscal da Companhia e o Conselho de Administração da Controladora aprovaram o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, referente à projeção futura de lucratividade, descontada a valor presente, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. Conforme estimativa de lucros tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2009	2.458	2.382	
2010	-	-	651
2011	-	-	1.596
2012	-	-	638
2013	-	-	638
2014	-	-	638
2015 a 2017	-	-	1.470
até 2019	-	-	981
	2.458	2.382	6.612

b) Imposto de renda e contribuição social a compensar

Os valores registrados como Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL a compensar referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ e de valores retidos na fonte.

c) ICMS a recuperar

Os valores registrados como ICMS a recuperar, referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens para o ativo imobilizado instituído pela Lei Complementar nº 87/96, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000, no valor de R\$ 5.445 em 2009 e R\$ 3.960 em 2008.

d) Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A conciliação da provisão para IRPJ e CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores apresentados na demonstração do resultado é a seguinte:

	2009	2008
Lucro antes do IRPJ e CSLL	32.688	20.804
IRPJ e CSLL (34%)	(11.114)	(7.073)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	3.182	-
Incentivos fiscais	111	26
Outros	25	87
IRPJ e CSLL correntes	(7.645)	(5.237)
IRPJ e CSLL diferidos	(151)	(1.723)
Alíquota efetiva - %	23,8%	33,5%

8 Outros Créditos

	2009	2008
Adiantamento à Fundação Copel	46	38
Prêmios de seguro	251	130
Adiantamento a funcionários	519	389
	816	557

9 Estoques

	2009	2008
Materiais para manutenção		
Almoxarifado	6.940	4.469
Destinados a alienação	20	17
Em transito	206	665
	7.166	5.151
Materiais para investimento - Imobilizado	17.641	14.507
	24.807	19.658

10 Depósitos Judiciais

	Total dos depósitos judiciais	Dedução das contingências	Ativo não circulante	Ativo não circulante
			2009	2008
Trabalhistas	236	(204)	32	345
Cíveis	-	-	-	7
	236	(204)	32	352

Os depósitos judiciais vinculados foram reclassificados para Provisões para Contingências e estão demonstrados na NE nº 15.

11 Imobilizado e Intangível

	% Tx média depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
				2009	2008
Imobilizado					
Em serviço					
Construções prediais	4	984	816	168	147
Equipamentos terminais	10 e 12,5	17.530	9.938	7.592	6.419
Equipamentos de transmissão	10	126.309	73.949	52.360	59.688
Bens de infra-estrutura	4 a 10	209.251	132.546	76.705	82.921
Veículos	20	3.854	3.043	811	723
Equipamentos de informática	20	8.686	8.019	667	339
Mobiliários e outros bens de uso geral	10	4.358	2.851	1.507	1.476
		370.972	231.162	139.810	151.713
Em curso (em andamento - BIA)		48.776	-	48.776	29.874
		419.748	231.162	188.586	181.587
Intagível					
Em serviço	20	3.799	3.560	239	973
Em curso (em andamento - BIA)		819	-	819	135
		4.618	3.560	1.058	1.108
		424.366	234.722	189.644	182.695

a) Mutação do imobilizado

Saldos	em serviço	Imobilizado em curso	Total
Em 2007	146.998	39.177	186.175
Programa de investimentos	-	24.582	24.582
Imobilizações de obras	33.885	(33.885)	-
Quotas de depreciação	(29.006)	-	(29.006)
Baixas	(164)	-	(164)
Em 2008	151.713	29.874	181.587
Programa de investimentos	-	37.524	37.524
Imobilizações de obras	18.778	(18.778)	-
Quotas de depreciação no resultado	(30.501)	-	(30.501)
Quotas de depreciação transf. p/ imobilizado em curso	(156)	156	-
Transferências entre imobilizado e intangível	107	-	107
Baixas	(131)	-	(131)
Em 2009	139.810	48.776	188.586

b) Mutação do intangível

Saldos	em serviço	Intangível em curso	Total
Em 2007	1.698	-	1.698
Programa de investimentos	-	135	135
Quotas de amortização no resultado	(725)	-	(725)
Em 2008	973	135	1.108
Programa de investimentos	-	854	854
Capitaliza��es	160	(160)	-
Quotas de amortização no resultado	(610)	-	(610)
Quotas de amortização transf. p/ intangível em curso	10	(10)	-
Transferências entre intangível e imobilizado	(107)	-	(107)
Baixas	(187)	-	(187)
Em 2009	239	819	1.058

c) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Empresa possui ativos avaliados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. No ano de 2009 a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para *Impairment*.

12 Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	2009	2008
Folha de pagamento		
Participação nos lucros e/ou resultados	3.528	3.534
Impostos e contribuições sociais	1.645	1.450
Folha de pagamento, líquida	1	2
Compensação Indenizatória - PDV	804	-
	5.978	4.986
Provisões trabalhistas		
Férias	3.317	2.859
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	1.039	892
Desligamentos voluntários	396	-
	4.752	3.751
	10.730	8.737

13 Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de benefício previdenciário

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados ativos e pós-emprego e respectivos dependentes legais.

Os planos previdenciários I e II foram estabelecidos na modalidade de benefício definido (BD) contributivo e o plano previdenciário III foi estabelecido na modalidade de contribuição definida (CD).

As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371/00. As premissas atuariais e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da patrocinadora.

Até julho de 2007, o fluxo de pagamento das contribuições relativas aos planos previdenciários I e II estava garantido por contrato denominado "Instrumento Particular de Ajuste das Reservas Matemáticas dos Planos Previdenciários (Básico) e Complementar de Benefícios Previdenciários", assinado em 20.01.1999. Com base em pareceres legais preparados por consultores jurídicos externos e internos que analisaram cláusulas específicas de referido ajuste e concluíram estarem extintas as obrigações contratadas, em 27.07.2007, a Companhia comunicou à Administração da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social a cessação dos pagamentos das contribuições previstas nesse contrato a partir de agosto de 2007.

Em setembro de 2007, a Fundação Copel manifestou interpretação contrária à da Companhia, o que levou à formulação de uma consulta conjunta à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, solicitando manifestação em relação à questão. Após a prestação de esclarecimentos solicitados e realização de auditoria atuarial recomendada pela SPC, em novembro de 2007, a SPC, em outubro de 2008, solicitou esclarecimentos adicionais sobre o relatório e parecer da consultoria contratada, que lhe fora enviado pela Fundação Copel em julho de 2008. Até a emissão destas demonstrações contábeis, a SPC não se pronunciou a respeito do assunto.

A conclusão da discussão acima não afetará os valores já registrados como passivo atuarial de acordo com a Deliberação CVM nº 371/00, somente afetando o fluxo de caixa do pagamento de contribuições entre a Companhia e a Fundação Copel.

b) Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos destinados a dar cobertura às despesas de saúde dos empregados e dependentes, dentro das regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. Inclui exames médicos periódicos e são estendidos aos aposentados e pensionistas vitaliciamente.

c) Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores consolidados reconhecidos no balanço patrimonial na conta de Benefícios Pós-emprego estão resumidos a seguir:

	2009	2008
Plano previdenciário		
Plano de benefícios - Planos I e II (BD)	-	3.722
Plano de benefícios - Plano III (CD)	564	485
	564	4.207
Plano assistencial	14.837	13.903
	15.401	18.110
	Circulante	990
	Não circulante	14.411
		1.018
		17.092

Os valores consolidados reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	2009	2008
Plano previdenciário - custo periódico pós-emprego	(3.722)	(1.226)
Plano previdenciário (CD)	2.973	2.610
Plano assistencial - pós-emprego	1.364	(279)
Contribuição assistencial	1.251	1.074
	1.866	2.179
(-) Transferências para imobilizado em curso	(701)	(552)
	1.165	1.627

O custo anual estimado para o exercício de 2009 pelo atuário independente resultou em receita devido aos ganhos atuariais que estão sendo amortizados, cujos valores ultrapassam o valor do custo normal periódico.

Mutação dos benefícios pós-emprego

Saldos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 31.12.2007	1.783	18.128	19.911
Apropriação do cálculo atuarial	52	(1.505)	(1.453)
Contribuições previdenciárias e assistenciais	3.684	-	3.684
Transferências	(469)	469	-
Amortizações	(4.032)	-	(4.032)
Em 31.12.2008	1.018	17.092	18.110
Apropriação do cálculo atuarial	-	(2.358)	(2.358)
Contribuições previdenciárias e assistenciais	4.224	-	4.224
Transferências	323	(323)	-
Amortizações	(4.575)	-	(4.575)
Em 31.12.2009	990	14.411	15.401

d) Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 371/00

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2009 e 2008, estão demonstradas a seguir:

	Real	Nominal
Econômicas		
Inflação a.a.	-	5,20%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.	6,00%	11,51%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,30%
Demográficas		
Tábua de mortalidade		AT - 83
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 49
Tábua de entrada em invalidez		Light

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A partir do exercício findo em 31.12.2006, a Companhia optou por deixar de diferir os ganhos e perdas atuariais futuros apurados no plano assistencial, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

14 Outras Contas a Pagar

	2009	2008
Passivo circulante		
Cauções em garantia	124	89
Outras obrigações	56	1.252
	180	1.341

15 Provisões para Contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

	Contingências	Depósitos judiciais	Provisão	Provisão
			líquida	líquida
			2009	2008
Trabalhistas (a)	2.177	(204)	1.973	956
Cíveis (b)	10	-	10	2
	2.187	(204)	1.983	958

Mutação das provisões para contingências

	Saldo em 2008	Constituições	Quitações	Saldo em 2009
Trabalhistas	1.390	881	(94)	2.177
Cíveis	2	8	-	10
	1.392	889	(94)	2.187

As causas classificadas como de perda possível, estimadas pela Companhia e suas controladas em 31.12.2009, totalizaram R\$ 3.151 distribuídos em ações das seguintes naturezas: trabalhistas R\$ 56; cíveis R\$ 3; e tributárias R\$ 3.092.

a) Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Também incluem ações de aposentados (ex-empregados da Copel) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia.

b) Cíveis e direito administrativo

Ações pleiteando indenização por acidentes com veículos.

Contribuição de intervenção no domínio econômico - Cide/Fust-Funttel

A Companhia tem impugnado administrativamente as Notificações de Lançamento lavradas pela Anatel e pelo Ministério das Comunicações, pretendendo a cobrança de suposto débito complementar a título de contribuições ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust, bem como ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel, referentes às competências de 2001 a 2006. A Copel Telecomunicações demonstra que a base de cálculo apurada para o recolhimento dos referidos tributos está correta, de acordo com o contido na legislação, não havendo débito complementar.

16 Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social integralizado, em 31.12.2009, monta a R\$ 194.755, composto por 194.754.541 ações, todas ordinárias e pertencentes à Copel.

b) Reserva de lucros

	2009	2008
Reserva legal	1.886	641
Reserva para investimentos	22.815	8.528
	24.701	9.169

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.



Telecomunicações

A reserva para investimentos visa à cobertura do programa de aplicações de recursos no ativo da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

c) Proposta de distribuição de dividendos

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	24.892	13.844
Efeitos fiscais na Copel Telecom pela opção de juros sobre o capital próprio	(3.182)	-
Absorção de prejuízos acumulados	-	(1.020)
Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre o capital próprio	21.710	12.824
Reserva legal sobre o lucro acima	-	(641)
Reserva legal teórica sobre o lucro acima	(1.086)	-
Base de cálculo para dividendos mínimos	20.624	12.183
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	6.187	3.655
Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio	1.404	-
Valor do dividendo mínimo ajustado, considerando o efeito do IRRF	7.591	3.655
Remuneração do capital próprio apropriada	9.360	-
Distribuição de dividendos	-	3.655

17 Deduções da Receita Operacional

	2009	2008
Tributos sobre a receita		
ICMS	17.756	13.382
Cofins	4.998	4.242
PIS/Pasep	1.084	920
ISSQN	744	891
	24.582	19.435

18 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com comerc. de serviços	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total
					2009
Pessoal e administradores (a)	(20.801)	(2.378)	(15.643)	-	(38.822)
Planos previdenciário e assist. (NE nº 13.c)	(628)	(74)	(463)	-	(1.165)
Material (b)	(1.183)	(22)	(89)	-	(1.294)
Serviços de terceiros (c)	(9.855)	(46)	(1.528)	-	(11.429)
Depreciação e amortização	(30.025)	(10)	(1.076)	-	(31.111)
Provisões e reversões (d)	-	(675)	-	(889)	(1.564)
Outros custos e despesas (e)	(2.732)	-	(1.166)	(41)	(3.939)
	(65.224)	(3.205)	(19.965)	(930)	(89.324)

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com comerc. de serviços	Despesas gerais e administ.	Outras receitas, líquidas	Total
					2008
Pessoal e administradores (a)	(19.229)	(1.685)	(11.656)	-	(32.570)
Planos previdenciário e assist. (NE nº 13.c)	(1.023)	(75)	(529)	-	(1.627)
Material (b)	(1.568)	(15)	(76)	-	(1.659)
Serviços de terceiros (c)	(10.356)	(42)	(1.897)	-	(12.295)
Depreciação e amortização	(28.586)	(13)	(1.132)	-	(29.731)
Provisões e reversões (d)	-	2.346	-	735	3.081
Outros custos e despesas (e)	(2.391)	-	(410)	504	(2.297)
	(63.153)	516	(15.700)	1.239	(77.098)

Os custos e despesas operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

a) Pessoal e administradores

	2009	2008
Pessoal		
Remunerações	27.927	24.007
Encargos sociais	9.087	7.671
	37.014	31.678
Participação nos lucros e/ou resultados (1)	3.528	3.534
Auxílio alimentação e educação	2.500	1.925
Provisão (rev) indeniz. demissões volunt./aposentadorias (2)	396	-
Indenização demissões volunt./aposentadorias (2)	681	-
Compensação Indenizatória - PDV (2)	804	-
	44.923	37.137
(-) Transferências para imobilizado em curso	(6.439)	(4.906)
	38.484	32.231
Administradores		
Honorários	338	314
Encargos sociais	-	25
	338	339
	38.822	32.570

1) Participação nos lucros e/ou resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, pago com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

2) Programas de desligamento voluntário

Em 14.12.2009, a Administração da Controladora instituiu, com vigência a partir daquela data, o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, mediante pagamento de compensação indenizatória, pela extinção do contrato de trabalho, ao empregado com no mínimo 10 anos de empresa que, tendo obtido a aposentadoria pelo INSS, voluntariamente, a seu pedido, opte pela rescisão de seu contrato de trabalho com a Companhia.

O prazo de adesão encerrou em 13.01.2010 para empregados com aposentadoria concedida pelo INSS até 14.12.2009, e encerra-se até 30 dias a contar da data de confirmação do recebimento, pela Copel, da carta de concessão de aposentadoria, para empregados com aposentadoria concedida pelo INSS a partir de 15.12.2009.

O prazo de desligamento para empregados com aposentadoria concedida pelo INSS até 14.12.2009 foi de 1º a 15 de março de 2010 e, para empregados com aposentadoria concedida pelo INSS a partir de 15.12.2009, de 1º a 15 do mês subsequente ao da adesão.

Os empregados desligados até dezembro de 2009, pelos programas de desligamentos instituídos em janeiro de 2009, tiveram seu valor de indenização complementados de acordo com as novas regras instituídas em 14.12.2009.

b) Material

	2009	2008
Combustíveis e peças para veículos	575	503
Sistema elétrico	166	709
Cantina	44	42
Expediente	65	44
Construção civil	12	23
Ferramental de serviço	25	20
Segurança	54	22
Informática	34	40
Telecomunicações - material	243	208
Outros materiais	76	48
	1.294	1.659

c) Serviços de terceiros

	2009	2008
Consultoria técnica, científica e administrativa	197	488
Telefone	40	157
Apoio administrativo	53	78
Processamento e transmissão de dados	1.757	2.131
Vigilância	437	363
Viagens	791	471
Treinamentos	552	466
Manutenção civil	39	34
Serviços em área verde	36	30
Manutenção e conservação de veículos	113	98
Fretes e carretos	53	41
Acesso à comunicação por satélite	3.722	4.948
Telecomunicações - manutenção do sistema	2.942	2.707
Anúncios e publicações	31	36
Outros serviços	667	247
	11.430	12.295

d) Provisões e reversões

	2009	2008
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	675	(2.346)
Provisões (reversões) para contingências		
Trabalhistas	881	(735)
Cíveis e direito administrativo	8	-
	889	(735)
	1.564	(3.081)

e) Outros custos e despesas operacionais

	2009	2008
Tributos	1.033	732
Indenizações	464	-
Arrendamentos e aluguéis (1)	1.919	1.837
Seguros	310	190
Doações - lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	123	-
Recuperação de custos e despesas	(5)	(32)
Outros custos e despesas (receitas), líquidos	95	(430)
	3.939	2.297



Telecomunicações

1) Arrendamentos e aluguéis

	2009	2008
Imóveis	846	783
Diversos Equipamentos	1.094	1.086
Outros	4	2
(-) Créditos de PIS e Cofins	(25)	(34)
	1.919	1.837

A estimativa de gastos para o exercício de 2010 é basicamente a mesma de 2009, acrescentando-se, além de 2 imóveis locados em Curitiba, os índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual.

Do total de R\$ 846 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 717 referem-se ao contrato de locação do Pólo Km 3, firmado entre a Copel e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para a Companhia. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

19 Resultado Financeiro

	2009	2008
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.902	1.907
Acréscimos moratórios sobre faturas	1.410	1.724
Outras receitas financeiras	-	4
	4.312	3.635
(-) Despesas financeiras		
Variações monetárias e cambiais	3	4
Outras despesas financeiras	81	28
	84	32
	4.228	3.603

20 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
			2009			2008
Acionistas controladores						
Estado do Paraná (1)						
Serviços de telecomunicações	6.292	-	9.618	7.731	-	6.000
Parcelamento faturas serv. telecomunicações (2)	4.113	-	560	6.231	-	1.018
ICMS (NE nº 7)	5.445	1.724	-	3.960	1.202	-
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio	-	1.156	-	-	3.655	-
Entidades sob controle comum						
Copel Geração e Transmissão S.A.						
Serviços de telecomunicações	688	-	8.085	625	-	7.643
Copel Distribuição S.A.						
Serviços de telecomunicações	2.672	-	28.966	2.308	-	25.250
Prestação de serviços	-	19	(197)	-	18	(190)
Aluguel de estrutura	-	100	(1.200)	-	89	(1.067)
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.						
Serviços de telecomunicações	-	-	218	-	-	207
Pessoal chave da administração						
Honorários (NE nº 18.a)	-	-	(338)	-	-	(339)
Outras partes relacionadas						
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis (NE nº 18.e.1)	-	-	(717)	-	-	(687)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 13.c)	-	15.401	(1.165)	-	18.110	(1.627)

Os valores decorrentes das atividades operacionais entre a Copel Telecomunicações e as demais partes relacionadas são realizados em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.

1) O Estado do Paraná detém 58,63% do capital votante da Copel que detém 100% do capital social da Copel Telecomunicações.

2) Acordo de renegociação de faturas de implantação nas escolas públicas de acesso à Internet no valor original de R\$ 12.000. Este acordo foi assinado em 20.04.2007, para pagamento em 45 parcelas mensais, atualizadas por taxa Selic pós-fixada, gerando as receitas financeiras demonstradas no quadro.

21 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

Riscos	Data de vigência	Importância segurada
Riscos nomeados (a)	24/08/2010	10.650
Incêndio - imóveis próprios e locados (b)	24/08/2010	28.582
Responsabilidade civil (c)	24/08/2010	6.000
Engenharia (d)	24/08/2010	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (e)	24/08/2010	apólice por averbação

a) Riscos nomeados

A apólice contratada nomeia os principais equipamentos, com respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

b) Incêndio

Cobertura para os imóveis, próprios e locados, e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval.

c) Responsabilidade civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia.

d) Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

e) Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

O Conselho Fiscal da Copel Telecomunicações S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado – através de análises de balancetes – a gestão econômico-financeira daquela Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2009, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e a proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido, e considerando todos os pontos contidos no Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes – bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à conseqüente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 16 de março de 2010.

OSMAR ALFREDO KOHLER
Presidente

HERON ARZUA

WILSON PORTES



Telecomunicações

As demonstrações contábeis da COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A., estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia - Copel, publicadas no Diário Oficial do Estado do dia 19 de abril de 2010.